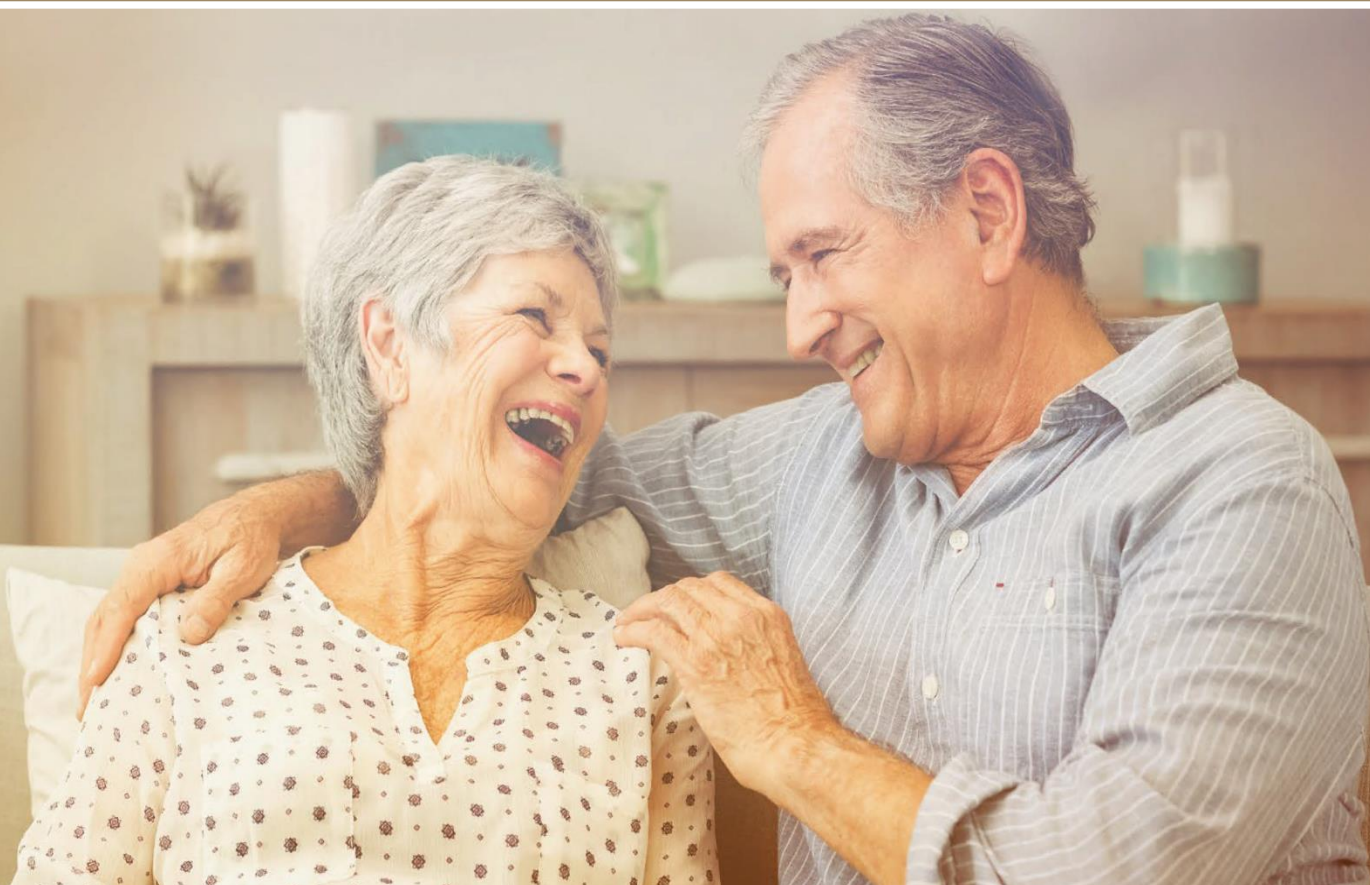




**ORDEM
DO CARMO**
* 1736 *

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO CARMO

Relatório e Contas | 2021





CONTEÚDO

Relatório de Gestão	5
Balanço	13
Demonstração dos Resultados por Naturezas	14
Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais	15
Demonstração de Fluxos de Caixa	17
Anexo às Demonstrações Financeiras	18

INDICE

INDICE	3
RELATÓRIO DE GESTÃO	5
BALANÇO	12
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	13
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS.....	14
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	16
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	17
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	17
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	18
2.1. Bases de Apresentação	18
2.2. Derrogação das disposições da NCRF-ESNL.....	19
2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras.....	19
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	19
3.1. Bases de Apresentação	19
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	20
4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS ...	27
5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	28
6. ATIVOS INTANGÍVEIS.....	31
7. FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	31
8. INVENTÁRIOS	32
9. RÉDITO	32
10. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES, ATIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS.....	33
11. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	33
12. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO	34
13. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS.....	34
14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS.....	35
15. OUTRAS INFORMAÇÕES	35
15.1. Investimentos Financeiros.....	35
15.2. Clientes e Utentes	36
15.3. Créditos a Receber	37
15.4. Diferimentos	37
15.5. Outros ativos correntes	37
15.6. Caixa e Depósitos Bancários	38
15.7. Fundos Patrimoniais.....	38
15.8. Provisões.....	39
15.9. Fornecedores	40

15.10.	Estado e Outros Entes Públicos	40
15.11.	Outros Passivos Correntes e Não Correntes	41
15.12.	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	41
15.13.	Fornecimentos e serviços externos	42
15.14.	Outros rendimentos	43
15.15.	Outros gastos	43
15.16.	Resultados Financeiros	44
16.	APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	44
17.	EVENTOS SUBSEQUENTES	44
18.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	44

Exmas. Irmãs e Exmos. Irmãos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo

Nos termos das disposições Estatutárias, temos a honra de submeter à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e Contas relativo ao período de 31 de dezembro de 2021.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Pretende-se, com o presente Relatório, dar conhecimento, a todos os Irmãos e às Entidades com quem esta Instituição se relaciona no seu dia-a-dia, dos factos e ocorrências mais relevantes que se verificaram no decurso deste exercício respeitante à atividade socioeconómica da **Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo**, no exercício de 2021.

1. ANÁLISE DA CONJUNTURA ECONÓMICA

ECONOMIA INTERNACIONAL

Verificou-se em 2021 um crescimento considerável da economia mundial (um crescimento de cerca de 5,9%) após o declínio verificado em 2020 (-3,5%). Este desempenho deveu-se, em grande parte, ao elevado apoio fiscal verificado nos Estados Unidos e à rapidez do crescimento na China.

A recuperação recente nas economias avançadas beneficiou dos progressos na vacinação, permitindo uma recuperação forte dos serviços mais dependentes de contacto pessoal. Porém, o acesso desigual às vacinas contra o Covid-19 é um fator limitativo à rápida recuperação mundial da maior recessão dos últimos 80 anos.

À medida que o mundo entra no terceiro ano da crise do Covid-19, os desenvolvimentos económicos têm sido encorajadores, porém também preocupantes, existem ainda muitos riscos e incertezas. O recente agravamento da pandemia e os problemas nas cadeias de fornecimento globais restringem o crescimento da atividade e do comércio mundial no curto prazo. A retoma tem ainda sido condicionada pelos estrangulamentos no transporte de mercadorias, pela escassez da oferta de bens intermédios e pelo aumento dos custos das matérias-primas e dos transportes. O surgimento da nova variante Ómicron é um lembrar que a pandemia ainda continua. Novas variantes do vírus

podem ainda colocar países com elevadas taxas de vacinação sob pressão e ameaçam causar estragos naqueles com menores taxas, que são os mais pobres e mais vulneráveis de todos, muitas vezes os últimos na linha de fornecimento global.

Depois da forte recuperação verificada em 2021, o Banco Mundial espera uma desaceleração do crescimento da economia mundial em 2022 e 2023. A expectativa é a de uma travagem do ritmo de expansão da atividade económica para 4,1% em 2022 e 3,2% no ano seguinte. Problemas como a inflação, o aumento da dívida e das desigualdades deverão travar o ritmo da atividade, pondo em risco a recuperação nos mercados emergentes e em desenvolvimento, ao mesmo tempo que os apoios orçamentais e monetários deverão começar a recuar. Para mais países num caminho de crescimento favorável exige ação internacional concertada e um conjunto abrangente de respostas de política nacional.

ENQUADRAMENTO EM PORTUGAL

A queda ocorrida no PIB em Portugal entre 2019 e 2020 foi largamente influenciada pelos sectores de serviços que foram os mais afetados pela pandemia na economia nacional. Segundo o Banco de Portugal verificou-se em 2021 um crescimento da economia portuguesa de cerca de 4,8%, em linha com o verificado na economia mundial. A economia portuguesa manterá nos próximos anos um perfil de recuperação, atingindo o nível pré-pandemia na primeira metade de 2022. Para tal, muito contribuirá uma atenuação gradual da pandemia e a progressiva normalização das cadeias de fornecimento de bens. A recuperação da atividade traduz-se num aumento do emprego e numa redução da taxa de desemprego para níveis inferiores aos pré-pandemia.

Em 2021 verificou-se também um aumento da inflação (fixando-se em 1,1%), com um perfil muito influenciado pela evolução dos preços dos bens energéticos, que acompanha o preço do petróleo nos mercados internacionais. Nesta matéria, os principais riscos prendem-se com a possibilidade de uma maior transmissão dos custos de produção aos preços no consumidor, bem como as pressões mais fortes para o aumento do salário mínimo em Portugal.

Indicadores como as exportações também verificaram melhorias em 2021, de cerca de 9,6%. Esta recuperação é, porém, diferenciada entre bens e serviços, com as exportações de bens a excederem o nível pré-pandemia no final de 2021. As perturbações no abastecimento de matérias-primas e bens intermédios que se verificaram nos últimos tempos tiveram um impacto negativo sobre as

exportações de alguns setores relevantes, destacando-se o setor automóvel, espera-se uma gradual dissipação daquelas perturbações ao longo de 2022. Refletindo o levantamento das restrições à mobilidade internacional e o aumento da confiança, as exportações de serviços – em particular de turismo e serviços de transporte associados – têm vindo a recuperar de forma acentuada, após a queda abrupta em 2020 e no início de 2021. Porém, o agravamento recente da pandemia na Europa poderá implicar uma evolução mais contida dos fluxos de turismo nos próximos meses.

Também, ao nível do investimento é esperado um aumento significativo, beneficiando do recebimento de fundos europeus, das perspetivas de recuperação da procura e de condições favoráveis de financiamento. O dinamismo é extensível às componentes pública e privada.

As previsões do Banco de Portugal são que a economia portuguesa deverá continuar a registar uma forte recuperação em 2022 (5,8%), mantendo um ritmo de expansão mais moderado nos anos seguintes. A atividade económica retoma valores anteriores à crise na primeira metade de 2022, mas a recuperação é assimétrica em termos setoriais.

A economia portuguesa enfrenta importantes desafios nos próximos anos, sendo a resposta de política económica crucial para um crescimento sustentado e uma retoma da convergência com a Europa. A previsibilidade dos processos de decisão de política económica (monetária, orçamental, regulatória) é essencial para contrabalançar o aumento de incerteza que caracteriza os processos de saída de crises económicas. No período atual esta incerteza é acrescida pela necessidade de controlo da pandemia.

2. A VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO CARMO

As Ordens Terceiras tiveram na sua origem a intenção de estender aos leigos os benefícios espirituais das regras monásticas e alguns privilégios, graças e indulgências de que gozavam os religiosos regulares.

A Ordem Terceira do Carmo, fundada em 1736, teve a sua sede, de início, no Convento dos Carmelitas Descalços, mas, em 13 de maio de 1751, o Prior dos Carmelitas portuenses e os seus religiosos concordaram em ceder aos Terceiros o terreno e umas casas onde estes haviam de edificar a sua Capela e Casas da Secretaria.

No dia 29 de agosto de 1756, lançou-se a primeira pedra para a construção da Igreja da Ordem Terceira do Carmo. As obras começaram imediatamente de modo a que a Capela-Mor fosse utilizável como uma pequena igreja, tendo aberto ao culto em 24 de julho de 1768 enquanto se continuava a construção do templo.

O projeto foi da autoria do Arquiteto e Pintor José de Figueiredo Seixas, embora a Ordem, após ouvir a opinião de Nicolau Nasoni, decidisse alterar o projeto do varandim do frontispício da igreja.

A fachada lateral toda revestida de magníficos azulejos, formando 6 painéis, tem no painel maior a Imposição do Escapulário no Monte Carmelo. O autor do risco foi o artista italiano Silvestro Silvestri que, como gratificação, entrou em 1912 para Irmão da Ordem Terceira.

Terminada a construção da Igreja, a Ordem ocupou-se de uma obra não menos meritória, e edifica a casa onde os Irmãos pobres fossem recolhidos e tratados nas suas enfermidades – o Hospital.

O Hospital foi inaugurado em 08 de fevereiro de 1801 e manteve-se em atividade durante mais de 200 anos, tendo sido encerrado por decisão da Ordem, no ano de 2012, depois de vários anos com elevadas perdas, não resistindo à concorrência dos grandes grupos privados entretanto chegados à saúde e construído Hospitais no Porto.

Durante as invasões francesas, o Hospital do Carmo destacou-se pelo elevado profissionalismo do seu pessoal médico e de enfermagem, tratando igualmente soldados franceses e portugueses, tendo sido objeto de manifestações de apreço de ambos os lados do conflito. Recordar-se que um regimento do General Soutt ocupou as instalações do Convento dos Carmelitas e passou a utilizar o Hospital para tratar os seus feridos.

Em 1869, é inaugurado e benzido, em Agramonte, o Cemitério da Ordem do Carmo, que ainda hoje é o maior cemitério privado no Porto, com cerca de 2000 sepulturas das quais mais de 1000 são jazigos.

Em 1875, a Ordem do Carmo, inaugura um Asilo para recolher os Irmãos pobres, dando início a uma atividade que se mantém ainda hoje através do seu atual Lar. Estas funções sociais da Ordem, conjuntamente com a Residência Sénior, constituem atualmente as principais atividades da Instituição.

3. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

Este relatório tem como finalidade dar conhecimento a todos os Irmãos e Entidades com quem a Ordem do Carmo se relaciona, dos factos e acontecimentos mais relevantes que se verificaram no decorrer deste exercício no que se refere à atividade socioeconómica no ano de 2021.

Destacamos a seguir as principais atividades desenvolvidas pela Mesa Administrativa no decurso de 2021:

Residência Sénior (ERPI)

- Com a pandemia ainda a afetar duramente o país, o volume de negócios da ERPI manteve-se nos níveis de 2020, não se verificando, em resultado disso, qualquer crescimento.

Circuito Turístico

- Assistiu-se a um aumento considerável do volume de negócios que quase duplicou em relação à previsão orçamental, tendo para isso muito contribuído os melhoramentos introduzidos no Circuito com novas salas e locais visitáveis, constituindo novos centros de interesse.

Cemitério Privativo

- Assinala-se o aumento nas vendas de concessões de jazigos, um crescimento de cerca de 50% em relação a 2020, a que não é estranho o facto de ser terem continuado e aprofundado obras de manutenção e limpeza no cemitério, que em muito o beneficiaram tornando-o cada vez mais apelativo e aumentando o interesse na procura de jazigos.

Património Imobiliário

- Para proceder à conclusão da obra da ERPI, foi necessário alienar um imóvel depois de obtida a necessária autorização da Assembleia-Geral da Instituição. Esta última fase de obra está apenas dependente da acção de revindicação da propriedade interposta pela Ordem do Carmo contra a loja Lopo Xavier, onde ficará localizada a entrada independente da Residência Sénior, de forma a adequar a ERPI às novas regras e disposições legais atualmente em vigor na Segurança Social.

O exercício de 2021 reflete uma crescente recuperação financeira da Ordem do Carmo apesar da pandemia que muito afetou o país, prevendo-se em 2022 atingir o desejado equilíbrio das contas, objetivo que muito almejamos.

Com o contributo de todos esperamos o regresso à normalidade no funcionamento da Ordem do Carmo num futuro muito próximo se as condições do país assim o permitirem.

4. DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL E SEGURANÇA SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2021, a Ordem do Carmo não tinha quaisquer dívidas nem à Administração Fiscal nem à Segurança Social.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido positivo de 316.002,33 euros (Trezentos e Dezasseis Mil e Dois Euros e Trinta e Três Cêntimos) seja transferido na sua totalidade para a rubrica de Resultados Transitados.

6. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício, nomeadamente situações ambientais e laborais que possam pôr em causa a atividade futura da empresa.

7. AGRADECIMENTOS

A todos os colaboradores, funcionários, pessoal de enfermagem e demais fornecedores e prestadores de serviços da Ordem do Carmo que em tempos de tanta angústia, de tanta carência e de tanto sacrifício permaneceram fiéis ao serviço dos mais carenciados, dos mais dependentes, dos que mais sofrem, a Mesa Administrativa deixa bem expreso o seu reconhecimento, o seu respeito, o seu afeto que mais não são do que o justo reconhecimento, respeito e afeto da Venerável Instituição que somos chamados a servir.

Aos Irmãos e à Mesa da Assembleia Geral apresentamos os nossos melhores cumprimentos e agradecemos o apoio e colaboração prestada.

Porto, 4 de fevereiro de 2022

A Mesa Administrativa

Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa

Vice-Provedor - João Ruy Ribas dos Santos

Tesoureiro - Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos

1.º Secretário - Francisco Bernardo Almada Lobo

2.º Secretário - José Manuel Cardoso Cabral de Menezes

BALANÇO

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO CARMO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(valores em Euro)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	8 632 520,74	9 224 941,05
Ativos intangíveis	6	0,00	377,14
Investimentos financeiros	15.1	4 841,21	3 982,48
		8 637 361,95	9 229 300,67
Ativo corrente			
Inventários	8	1 159,63	5 503,56
Clientes	15.2	10 664,60	17 794,62
Estado e outros Entes Públicos	14; 15.10	3 815,99	492,50
Créditos a receber	15.3	129 136,19	34 633,25
Diferimentos	15.4	4 728,95	2 090,60
Outros ativos correntes	15.5	109 741,82	4 994,04
Caixa e depósitos bancários	15.6	784 467,47	318 844,01
		1 043 714,65	384 352,58
Total do ativo		9 681 076,60	9 613 653,25
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15.7	719 946,63	719 946,63
Reservas	15.7	243 502,52	243 502,52
Resultados transitados	15.7	-9 514 378,42	-9 732 494,41
Excedentes de revalorização	15.7	12 727 763,84	13 066 945,48
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	15.7	1 823 032,63	1 823 032,63
Resultado Líquido do período	15.7	316 002,33	-302 429,62
Total do fundo do capital		6 315 869,53	5 818 503,23
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10; 15.8	10 000,00	0,00
Fornecedores	15.9	0,00	0,00
Outros passivos correntes	15.11	1 071 889,51	1 353 142,91
		1 081 889,51	1 353 142,91
Passivo corrente			
Fornecedores	15.9	12 271,79	6 373,48
Estado e outros Entes Públicos	14; 15.10	33 366,99	33 603,40
Financiamentos obtidos	7	0,00	0,00
Diferimentos	15.4	1 299 938,60	1 586 973,90
Outros passivos correntes	15.11	937 740,18	815 056,33
		2 283 317,56	2 442 007,11
Total do passivo		3 365 207,07	3 795 150,02
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		9 681 076,60	9 613 653,25

Porto, 4 de fevereiro de 2022

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Dra. Isabel Sofia Ferreira de Sousa Machado

Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa

Vice-Provedor - João Ruy Ribas dos Santos

Tesoureiro - Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos

1.º Secretário - Francisco Bernardo Almada Lobo

2.º Secretário - José Manuel Cardoso Cabral de Menezes

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO CARMO DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(valores em Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	9	861 882,58	708 473,84
Subsídios, doações e legados à exploração	15.12	31 201,35	42 030,15
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-24 524,22	-17 774,97
Fornecimentos e serviços externos	15.13	-520 715,53	-540 516,76
Gastos com o pessoal	13	-727 426,88	-702 081,37
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15.2; 15.3	-19 972,66	-5 825,00
Provisões (aumentos/reduções)	10	-10 000,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	15.1	-195,83	-19,89
Outras Imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Outros rendimentos	15.14	937 385,35	672 997,32
Outros gastos	15.15	-30 750,76	-269 653,13
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		496 883,40	-112 369,81
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5; 6	-180 881,07	-190 059,81
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		316 002,33	-302 429,62
Juros e rendimentos similares obtidos	15.16	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	15.16	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		316 002,33	-302 429,62
Imposto sobre o rendimento do período	11	0,00	0,00
Resultado líquido do período		316 002,33	-302 429,62

Porto, 4 de fevereiro de 2022

O Contabilista Certificado

Dra. Isabel Sofia Ferreira de Sousa Machado

A Mesa Administrativa

Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa

Vice-Provedor - João Ruy Ribas dos Santos

Tesoureiro - Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos

1.º Secretário - Francisco Bernardo Almada Lobo

2.º Secretário - José Manuel Cardoso Cabral de Menezes

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA NOSSA SENHORA DO CARMO
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2020

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2020	6	719 946,63	243 502,52	-9 809 230,59	13 397 560,28	818 446,63	-253 878,61	5 116 346,85	5 116 346,85
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação de resultados		0,00	0,00	-253 878,61	0,00	0,00	253 878,61	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	330 614,79	-330 614,79	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	1 004 586,00	0,00	1 004 586,00	1 004 586,00
	7	0,00	0,00	76 736,18	-330 614,79	1 004 586,00	253 878,61	1 004 586,00	1 004 586,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						-302 429,62	-302 429,62	-302 429,62
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8						-48 551,01	702 156,38	702 156,38
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2020	6+7+8+10	719 946,63	243 502,52	-9 732 494,41	13 066 945,48	1 823 032,63	-302 429,62	5 818 503,23	5 818 503,23

Porto, 4 de fevereiro de 2022

O Contabilista Certificado

Dra. Isabel Sofia Ferreira de Sousa Machado

A Mesa Administrativa

Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa

Vice-Provedor - João Ruy Ribas dos Santos

Tesoureiro - Maria Gabriela Guimarães Gaífer Ramos

1.º Secretário - Francisco Bernardo Almada Lobo

2.º Secretário - José Manuel Cardoso Cabral de Menezes

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA NOSSA SENHORA DO CARMO
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2021

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2021	6	719 946,63	243 502,52	-9 732 494,41	13 066 945,48	1 823 032,63	-302 429,62	5 818 503,23	5 818 503,23
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação de resultados		0,00	0,00	-302 429,62	0,00	0,00	302 429,62	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	339 181,64	-339 181,64	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	181 363,97	0,00	0,00	0,00	181 363,97	181 363,97
	7	0,00	0,00	218 115,99	-339 181,64	0,00	302 429,62	181 363,97	181 363,97
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						316 002,33	316 002,33	316 002,33
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8						618 431,95	497 366,30	497 366,30
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2021	6+7+8+10	719 946,63	243 502,52	-9 514 378,42	12 727 763,85	1 823 032,63	316 002,33	6 315 869,53	6 315 869,53

Porto, 4 de fevereiro de 2022

O Contabilista Certificado

Dra. Isabel Sofia Ferreira de Sousa Machado

A Mesa Administrativa

Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa

Vice-Provedor - João Ruy Ribas dos Santos

Tesoureiro - Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos

1.º Secretário - Francisco Bernardo Almada Lobo

2.º Secretário - José Manuel Cardoso Cabral de Menezes

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA NOSSA SENHORA DO CARMO
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(valores em Euro)

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		847 716,44	707 142,75
Recebimentos de subsídios, doações e legados		31 319,69	0,00
Pagamento a fornecedores		-543 475,39	-337 479,80
Pagamentos ao pessoal		-714 895,31	-689 389,11
Caixa gerada pelas operações		-379 334,57	-319 726,16
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		15 889,10	7 153,66
Outros recebimentos/pagamentos		-112 093,82	-240 365,11
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-475 539,29	-552 937,61
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-7 981,31	-67 340,04
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-832,09	-1 089,45
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		950 000,00	645 994,31
Juros e rendimentos similares		0,00	10,51
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		941 186,60	577 575,33
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-23,85	-335,14
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		-23,85	-335,14
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		465 623,46	24 302,58
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		318 844,01	294 541,43
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15.6	784 467,47	318 844,01

Porto, 4 de fevereiro de 2022

O Contabilista Certificado

Dra. Isabel Sofia Ferreira de Sousa Machado

A Mesa Administrativa

Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa

Vice-Provedor - João Ruy Ribas dos Santos

Tesoureiro - Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos

1.º Secretário - Francisco Bernardo Almada Lobo

2.º Secretário - José Manuel Cardoso Cabral de Menezes

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade

Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo

Sede Social

Praça de Carlos de Alberto, n.º 32, 4099-004 Porto

Natureza da atividade

A Venerável Ordem Terceira do Carmo foi instituída no Porto a 13 de julho de 1736. Uma vez erguida a Igreja ainda no século XVIII viria a surgir o seu Hospital com o início do século seguinte (1801).

Na sequência da alienação de parte do edifício sede da Ordem do Carmo ocorrida em fevereiro de 2016, procedeu a uma reestruturação da atividade económica da Instituição.

Assim, podemos sistematizar as atuais valências da Ordem do Carmo discriminam-se, como segue:

- 1. Igreja:** Contempla a Igreja do Carmo que é um Templo Majestoso, de rara beleza no estilo Barroco-Rococó. O seu interior, de uma nave só, é cheio de harmonia e enlevo, sendo uma autêntica oração em arte e beleza. A Igreja do Carmo e o serviço de culto religioso desde sempre mereceram um acompanhamento atento por parte da Mesa Administrativa que sempre procurou preservar a vocação religiosa da Instituição e a manutenção, conservação e disponibilidade do seu templo. Em abril de 2018, inaugurou-se a primeira fase do Circuito turístico da Ordem do Carmo, abrangendo a Casa Estreita (Escondida), a Igreja e as Catacumbas onde se instalou a exposição permanente das Pratas da Ordem, que em novembro e dezembro de 2017 estiveram expostas no Museu Soares dos Reis.
- 2. Lares / Residência Permanente, agora denominado “ERPI”:** O setor do ERPI constitui o núcleo da função social e assistencial da Instituição, pois que é aí onde se concentra a realização máxima do seu objeto estatutário na componente de solidariedade, de apoio e de proteção dos Irmãos mais desprotegidos e carenciados. A Mesa Administrativa sempre teve presente, com muita preocupação, o apelo de quantos procuravam e pediam ajuda na

carência, presença no abandono, assistência na doença, alimentos na fome, companhia na solidão. Atualmente, esta preocupação mantém-se e traduz-se na afetação de 20% dos quartos da ERPI a antigos funcionários e pessoas carenciadas, cuja contribuição é apenas simbólica, acrescentando ainda o fornecimento de refeições a irmãos externos a título gratuito. Esta é a atividade principal presente desenvolvida pela Ordem do Carmo.

3. **Cemitério:** Localizado em Agramonte (desde 1874) é destinado exclusivamente para os Irmãos da Ordem, não podendo obter a cedência dos terrenos para sepulturas ou jazigos, senão os Irmãos Beneficentes ou Beneficiados admitidos há mais de um ano. Na seção privativa da ordem, encontram-se alguns dos monumentos mais importantes existentes no Cemitério de Agramonte. Tem a Mesa Administrativa feito um grande esforço para garantir a manutenção do espaço do cemitério em condições de limpeza e de arranjo das áreas ajardinadas, reconhecendo, embora, a necessidade de uma maior intervenção ao nível da conservação dos jazigos e da capela que centraliza o culto no espaço sob gestão da Ordem.

É da opinião da Mesa Administrativa que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, relativas ao período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa à data de 31 de dezembro de 2021.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida pelo Sistema de Normalização Contabilística.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Bases de Apresentação

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

2.2. Derrogação das disposições da NCRF-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pela NCRF-ESNL.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são diretamente comparáveis com o exercício anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade

A Mesa Administrativa entende que na presente data o equilíbrio financeiro da Ordem do Carmo encontra-se fortemente condicionado pelo sucesso das medidas operacionais atualmente em curso, em concreto, o exercício da sua atividade de acolhimento e apoio a idosos.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (**Notas 15.3 e 15.11**) e “Diferimentos” (**Nota 15.4**).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades

necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Os ativos fixos tangíveis, com exceção da rubrica de Edifícios e Outras Construções, encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. A rubrica de Edifícios e Outras Construções que foram alvo de reavaliação encontram-se registados ao justo valor.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo. Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, desde que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL ESTIMADA (EM ANOS)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 a 50
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 6

A Ordem do Carmo revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Em maio de 2010, tomando como base o valor patrimonial tributário, a Ordem procedeu à reavaliação do seu Património Imobiliário (exceto Prédio sito na Rua Clemente Meneres, n.º 74/82 Porto, o qual foi reavaliado com base em relatório de um Perito Avaliador Independente). Os Investimentos em Imóveis doados à Ordem, só a partir do Exercício de 2010 passaram a ser relevados contabilisticamente. Estes Investimentos em Imóveis foram, em 2011, objeto de uma Reavaliação Independente, emitido pela CPU – Consultores de Avaliação, Lda. (Ver **Nota 5.** abaixo).

O Património Artístico, a 31 de dezembro de 2020, passou a ser relevado contabilisticamente. Um relatório de um Perito Independente datado de abril de 2017 estimou que o valor deste património ascende a cerca de 1.005.000 euros (Um Milhão e Cinco Mil Euros).

Com as alterações às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), as propriedades de investimento (terrenos e edifícios) passaram a ser reconhecidas como ativos fixos tangíveis, a partir de 01 de janeiro de 2016.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados ao custo histórico, assim como os gastos adicionais suportados pela sociedade, necessários à sua implementação.

Os gastos capitalizados são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos ativos.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, sendo a sua vida útil estimada de 3 anos.

3.2.3. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado (matérias-primas, subsidiárias e de Consumos). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e Créditos a Receber

Os “Clientes” e os “Créditos a Receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período. Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um ex-fluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data. Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são

reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Financiamentos Obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda.

A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2016 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2021							
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Alienação	Abates	Transferências	Imparidade Acumulada	Saldo em 31-Dez-2021
Custo							
Terrenos e recursos naturais	1 445 956,94	0,00	-83 325,00	0,00	0,00	0,00	1 362 631,94
Edifícios e outras construções	9 018 210,49	7 981,31	-443 191,25	0,00	0,00	0,00	8 583 000,55
Equipamento básico	203 350,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	203 350,80
Equipamento de transporte	11 723,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 723,16
Equipamento administrativo	1 204 310,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 204 310,86
Outros ativos fixos tangíveis	7 676,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 676,45
Bens do património histórico, artístico e cultural	1 004 586,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 004 586,00
Ativos fixos tangíveis em curso	58 564,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58 564,00
Total (1)	12 954 378,70	7 981,31	-526 516,25	0,00	0,00	0,00	12 435 843,76
Depreciações acumuladas							
Edifícios e outras construções	2 349 416,95	171 574,97	-105 940,76	0,00	0,00	0,00	2 415 051,16
Equipamento básico	161 751,77	6 988,18	0,00	0,00	0,00	0,00	168 739,95
Equipamento de transporte	8 219,12	875,48	0,00	0,00	0,00	0,00	9 094,61
Equipamento administrativo	1 202 373,36	387,49	0,00	0,00	0,00	0,00	1 202 760,85
Outros ativos fixos tangíveis	7 676,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 676,45
Total (2)	3 729 437,65	179 826,12	-105 940,76	0,00	0,00	0,00	3 803 323,02
Total (1)-(2)	9 224 941,05	-171 844,81	-420 575,49	0,00	0,00	0,00	8 632 520,74
31 de dezembro de 2020							
	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Alienação	Abates	Transferências	Imparidade Acumulada	Saldo em 31-Dez-2020
Custo							
Terrenos e recursos naturais	1 541 881,94	0,00	-95 925,00	0,00	0,00	0,00	1 445 956,94
Edifícios e outras construções	9 253 477,82	58 380,61	-293 647,94	0,00	0,00	0,00	9 018 210,49
Equipamento básico	194 391,37	8 959,43	0,00	0,00	0,00	0,00	203 350,80
Equipamento de transporte	11 723,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 723,16
Equipamento administrativo	1 204 310,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 204 310,86
Outros ativos fixos tangíveis	7 676,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 676,45
Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	1 004 586,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 004 586,00
Ativos fixos tangíveis em curso	58 564,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58 564,00
Total (1)	12 272 025,60	1 071 926,04	-389 572,94	0,00	0,00	0,00	12 954 378,70
Depreciações acumuladas							
Edifícios e outras construções	2 232 588,79	181 430,70	-64 602,55	0,00	0,00	0,00	2 349 416,95
Equipamento básico	154 763,59	6 988,18	0,00	0,00	0,00	0,00	161 751,77
Equipamento de transporte	7 343,64	875,48	0,00	0,00	0,00	0,00	8 219,12
Equipamento administrativo	1 201 985,51	387,85	0,00	0,00	0,00	0,00	1 202 373,36
Outros ativos fixos tangíveis	7 676,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 676,45
Total (2)	3 604 357,98	189 682,21	-64 602,55	0,00	0,00	0,00	3 729 437,65
Total (1)-(2)	8 667 667,62	882 243,83	-324 970,39	0,00	0,00	0,00	9 224 941,05

No exercício de 2021 e 2020, existiu alienações de Ativos Fixos Tangíveis, conforme se detalha abaixo.

ALIENAÇÕES 2021	Valor de Aquisição	Valor Contabilístico	Depreciações Acumuladas	Valor de Venda	Mais/Menos Valia
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS					
Rua Guerra Junqueiro, 57 - Art.º 2135 - Porto	83 325,00	83 325,00	0,00	187 500,00	104 175,00
Sub-Total	83 325,00	83 325,00	0,00	187 500,00	104 175,00
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES					
Rua Guerra Junqueiro, 57 - Art.º 2135 - Porto	118 507,50	255 076,53	60 793,24	562 500,00	368 216,71
Edifício Rua S. Roque da Lameira 566 a 574	41 481,61	188 114,72	45 147,52	200 000,00	57 032,80
Sub-Total	159 989,11	443 191,25	105 940,76	762 500,00	425 249,51
Total	243 314,11	526 516,25	105 940,76	950 000,00	529 424,51

ALIENAÇÕES 2020	Valor de Aquisição	Valor Contabilístico	Depreciações Acumuladas	Valor de Venda	Mais/Menos Valia
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS					
Rua Conde de Avranches, 519/535, R/C	13 556,03	95 925,00	0,00	107 500,00	11 575,00
Sub-Total	13 556,03	95 925,00	0,00	107 500,00	11 575,00
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES					
Rua Conde de Avranches, 519/535, R/C	40 668,10	293 647,94	64 602,55	322 500,00	93 454,61
Sub-Total	40 668,10	293 647,94	64 602,55	322 500,00	93 454,61
Total	54 224,13	389 572,94	64 602,55	430 000,00	105 029,61

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de Terrenos e Edifícios detalham-se como segue:

INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	ANO AQUISIÇÃO	CÓDIGO	31.12.2021	31.12.2020
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
Praça Carlos Alberto 9/16 - Art 367.º	2010	3537	97 080,00	97 080,00
Praça Carlos Alberto 39/44 - Art 376.º	2010	3531	76 080,00	76 080,00
Praça Carlos Alberto, 27 - Art 371.º	2010	3525	54 070,00	54 070,00
Praça Carlos Alberto, 29/31 - A - Art 373.º	2010	3511	39 580,00	39 580,00
Rua Conde de Avranches, 519/535, R/C	2010	3549	0,00	0,00
Rua Guerra Junqueiro, 71 - Art 2134	2010	3595	86 000,00	86 000,00
Rua Guerra Junqueiro, 57 - Art 2135	2010	3593	0,00	83 325,00
Cemitério	2011		319 418,75	319 418,75
Outros			690 403,19	690 403,19
Total Ativos Fixos Tangíveis - Terrenos (1)			1 362 631,94	1 445 956,94
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES				
Praça Carlos Alberto 29/31 - Art 373	2010	3512	96 930,61	96 930,61
Praça Carlos Alberto 1/4 - Art 364	2010	3514	78 097,96	78 097,96
Praça Carlos Alberto, 27 - Art 371.º	2010	3526	132 416,31	132 416,31
Praça Carlos Alberto 39/44 - Art 376	2010	3532	186 318,36	186 318,36
Praça Carlos Alberto 9/16 - Art 367	2010	3538	237 746,94	237 746,94
Edifício Hospital do Carmo - Praça Carlos Alberto, 32 - Art.º 363I	2010		1 259 323,95	1 259 323,95
Edifício de igreja do Carmo - Praça Carlos Alberto - Art.º 363	2010		491 102,04	491 102,04
Rua Conde de Avranches, 519/535, R/C	2010	3550	0,00	0,00
Rua Guerra Junqueiro, 57 - Art 2135	2010	3594	0,00	204 061,22
Rua Guerra Junqueiro, 71 - Art 2134	2010	3596	204 061,22	204 061,22
Cemitério	2011		785 770,13	785 770,13
Outros			2 696 181,87	2 992 964,79
Total Ativos Fixos Tangíveis - Edifícios (2)			6 167 949,39	6 668 793,54
Total Ativos Fixos Tangíveis (1)+ (2)			7 530 581,33	8 114 750,48

Os Edifícios e Outras Construções, conforme referido na **nota 3.2.1**, foram objeto de reavaliação independente, em 2010 e 2011. Estes bens com a transição para a norma do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) foram considerados como custo, estando em 31 de dezembro de 2021 e 2020 ao custo.

O Património Artístico, a 31 de dezembro de 2020, passou a ser relevado contabilisticamente. Um relatório de um Perito Independente datado de abril de 2017 estimou que o valor deste património ascende a cerca de 1.005.000 euros (Um Milhão e Cinco Mil Euros).

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Relativamente aos Ativos Intangíveis, os movimentos ocorridos, no período de 2020 e 2019, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2021				
	Saldo em 01-jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Saldo em 31-dez-2021
Custo				
Programas de computador	10 504,95	0,00	0,00	10 504,95
Total (1)	10 504,95	0,00	0,00	10 504,95
Amortizações acumuladas				
Programas de computador	10 127,81	377,14	0,00	10 504,95
Total (2)	10 127,81	377,14	0,00	10 504,95
Total (1)-(2)	377,14	-377,14	0,00	0,00

31 de dezembro de 2020				
	Saldo em 01-jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Saldo em 31-dez-2020
Custo				
Programas de computador	10 504,95	0,00	0,00	10 504,95
Total (1)	10 504,95	0,00	0,00	10 504,95
Amortizações acumuladas				
Programas de computador	9 750,21	377,60	0,00	10 127,81
Total (2)	9 750,21	377,60	0,00	10 127,81
Total (1)-(2)	754,74	-377,60	0,00	377,14

7. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não existiam financiamentos obtidos.

8. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica Inventários apresentava os seguintes valores:

	2021	2020
Mercadorias	1 159,63	5 503,56
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
Total	1 159,63	5 503,56

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas detalha-se como segue:

	2021	2020
Inventários iniciais	5 503,56	2 411,29
Compras	20 180,29	20 867,24
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00
Inventários finais	1 159,63	5 503,56
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	24 524,22	17 774,97

9. RÉDITO

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Lares	519 479,48	505 681,96
Cemitério	156 261,00	113 721,18
Museu	186 142,10	89 070,70
Vendas e Prestação de Serviços	861 882,58	708 473,84

10. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES, ATIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS

Passivos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2021, a Ordem do Carmo não tinha processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

Todos os processos em curso, à data da entrada do Plano Especial de Revitalização (PER) encontram-se suspensos dado o cumprimento do PER por parte da Ordem do Carmo.

A Mesa Administrativa não tem conhecimento de qualquer litígio pendente ou potencial ou de qualquer reclamação de natureza fiscal ou outra, com consequências significativas para a Ordem do Carmo.

Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Ordem do Carmo não tinha processos em curso que possam ser avaliados como ativos contingentes.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2021, não existem quaisquer garantias prestadas.

11. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto corrente contabilizado, é como segue:

Descrição	2021	2020
IRC Liquidado	0,00	0,00
Tributação Autónoma	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas Demonstrações Financeiras é conforme segue:

Descrição	2021	2020
Imposto Corrente	0,00	0,00
Imposto Diferido	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Conforme o nº 1, alínea a) do art.10º do Código do IRC, estão isentas as instituições particulares de solidariedade social. Ora, sendo a Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) reconhecida pelo Ministro de Estado e das Finanças, onde se define a respetiva amplitude, de harmonia com os fins prosseguidos e as atividades desenvolvidas para a sua realização, está isenta do pagamento de Imposto sobre os Rendimentos de Pessoas Coletivas (IRC).

12. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Ordem do Carmo não efetuou transações em moeda estrangeira, não havendo alterações das taxas de câmbio.

13. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de empregados da entidade ao longo do ano, e o número no período findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi de:

	2021	2020
Número médio de empregados	49	49
Número de empregados no fim do período	49	49

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações ao Pessoal	594 283,17	574 218,51
Indemnizações	261,29	476,25
Encargos sobre as Remunerações	121 336,72	118 607,20
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	8 790,36	7 995,92
Gastos de Acção Social	1 278,71	513,40
Outros Gastos com o Pessoal	1 476,63	270,09
Total	727 426,88	702 081,37

14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Informa-se que em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Entidade não tem dívidas em mora à Segurança Social nem ao Estado.

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2021	2020
Outros Investimentos Financeiros		
Fundos Compensação do Trabalho	4 841,21	3 982,48
Total	4 841,21	3 982,48

Em 31 de dezembro de 2021 o montante evidenciado nesta rubrica de 4.841,21 euros refere-se às entregas mensais pela entidade empregadora para o Fundo Compensação Trabalho (FCT), mensuradas ao custo.

15.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica Clientes encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes c/c	10 664,60	17 794,62
Clientes	8 800,00	16 403,62
Lares Utentes	1 864,60	1 391,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	167 032,84	147 060,18
Clientes	161 207,84	141 235,18
Lares Utentes	5 825,00	5 825,00
Total (1)	177 697,44	164 854,80
Imparidades de Clientes e Utentes c/c	-167 032,84	-147 060,18
Clientes	-161 207,84	-141 235,18
Lares Utentes	-5 825,00	-5 825,00
Total (2)	-167 032,84	-147 060,18
Total (1)+(2)	10 664,60	17 794,62

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento das imparidades é como segue:

Imparidades	2021	2020
Início período	147 060,18	90 773,18
Aumentos	19 972,66	5 825,00
Utilizações	0,00	0,00
Reduções	0,00	0,00
Transferências	0,00	50 462,00
Final do período	167 032,84	147 060,18

A imparidade no valor de 90.773,18 euros, constituída em 2018, refere-se ao Processo ILCN (Instituto Luso-Cubano de Neurologia), presentemente em curso.

No período de 2021, a imparidade foi reforçada no valor de 19.972,66 por força de dois contratos de arrendamento que entraram em incumprimento (Alvorada Pomposa Lda e António Monteiro de Freitas).

15.3. Créditos a Receber

A rubrica Créditos a Receber, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, detalha-se como segue:

Descrição	2021	2020
Pessoal	0,00	12 472,88
Adiantamentos de fornecedores	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	353,90	100,00
Outros Devedores	128 782,29	22 060,37
Total	129 136,19	34 633,25

15.4. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica Diferimentos englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a reconhecer:		
Seguros	2 131,71	2 090,60
Outros	2 597,24	0,00
Total	4 728,95	2 090,60
Rendimentos a reconhecer:		
Rendas	14 510,35	10 072,11
Outros (a)	1 285 428,25	1 576 901,79
Total	1 299 938,60	1 586 973,90

(a) O valor de 1.285.428,25 euros, em 31 de dezembro de 2021, constante na rubrica “Outros” em Rendimentos a reconhecer refere-se ao perdão previsto no Plano Especial de Revitalização, a reconhecer em anos futuros, à medida que os pagamentos serão efetuados.

15.5. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o montante evidenciado nesta rubrica de 109.741,82 refere-se aos ativos financeiros (ações e fundos de investimento) detidos nos bancos BPI e BCP, valorizados ao justo valor.

15.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de Caixa e Depósitos Bancários, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	7 974,91	4 352,72
Depósitos à ordem	376 492,56	209 487,37
Depósitos a prazo	400 000,00	105 003,92
Total	784 467,47	318 844,01

15.7. Fundos Patrimoniais

Nos Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2021
Fundos	719 946,63	0,00	0,00	719 946,63
Reservas	243 502,52	0,00	0,00	243 502,52
Resultados transitados	-9 732 494,41	520 545,61	-302 429,62	-9 514 378,42
Excedentes de revalorização	13 066 945,48	0,00	-339 181,64	12 727 763,84
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 823 032,63	0,00	0,00	1 823 032,63
Resultado líquido do período	-302 429,62	618 431,95	0,00	316 002,33
Total	5 818 503,23	1 138 977,56	-641 611,26	6 315 869,53

Aplicação de Resultados

A Assembleia Geral Anual, relativa à aprovação de contas do exercício de 2020 deliberou que o Resultado Líquido Negativo do Exercício de 2020, de 302.429,62 euros (Trezentos e Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Nove Mil e Sessenta e Dois Cêntimos) fosse transferido na sua totalidade para a rubrica de Resultados Transitados.

Excedentes de Revalorização

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Excedentes de Revalorização, detalha-se como segue:

	Saldo 31-12-2020	Depreciações exercício 2021	Alienações	Saldo 31-12-2021
Terrenos e Recursos Naturais	987 623,88	0,00	-83 325,00	904 298,88
Edifícios e Outras Construções	12 079 321,60	-40 197,91	-215 658,73	11 823 464,96
Excedentes Revalorização AFT	13 066 945,48	-40 197,91	-298 983,73	12 727 763,84
Valor Reavaliações Efetuadas	15 931 724,53	-40 197,91	-298 983,73	15 592 542,89

Outras Variações nos Fundos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Outras Variações no Fundo Patrimonial, refere-se a Doações, como segue:

Doações	2021	2020
Património mobiliário	1 004 586,00	1 004 586,00
Dolores Ferreira Tavares	352 445,98	352 445,98
Maria Raquel Cupertino Miranda	271 860,89	271 860,89
Maria Alzira Dias Gonçalves	51 886,69	51 886,69
Legado	41 481,61	41 481,61
Artur Gualberto Rodrigues	30 460,60	30 460,60
Outros	70 310,86	70 310,86
Total	1 823 032,63	1 823 032,63

15.8. Provisões

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Provisões, detalha-se como segue:

Descrição	2020	Aumentos	Reversão	2021
Processos judiciais em curso	0,00	10 000,00	0,00	10 000,00
Total	0,00	10 000,00	0,00	10 000,00

15.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de Fornecedores é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Fornecedores c/c	12 271,79	0,00	6 373,48	0,00
Total	12 271,79	0,00	6 373,48	0,00

15.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e outros Entes Públicos está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento	0,00	0,00
Retenção Imposto sobre Rendimento	460,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 863,49	0,00
Segurança Social	492,50	492,50
Total	3 815,99	492,50
Passivo		
Retenção Imposto sobre Rendimento	7 653,35	9 584,91
Segurança Social	25 606,74	23 920,83
Outros Impostos e Taxas	106,90	97,66
Total	33 366,99	33 603,40

Informa-se que em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Entidade não tem dívidas em mora à Segurança Social nem ao Estado.

15.11. Outros Passivos Correntes e Não Correntes

A rubrica de Outros Passivos Correntes e Não Correntes desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Adiantamentos de clientes	0,00	0,00	1 700,00	0,00
Pessoal	58 311,16	0,00	44 263,04	0,00
Complementos de Reforma	101 494,01	0,00	101 494,01	0,00
Credores por aumentos de gastos				
Remunerações a pagar	91 315,91	0,00	92 507,70	0,00
Outras operações	18 487,88	0,00	31 378,36	0,00
Fornecedores de Investimentos	1 167,13	972,67	0,00	3 275,00
Adiantamentos por conta de vendas	350 000,00	0,00	350 000,00	0,00
Cauções contratos arrendamento/ERPI	65 694,00	0,00	60 024,00	0,00
Outros credores	251 270,09	1 070 916,84	133 689,22	1 349 867,91
Total	937 740,18	1 071 889,51	815 056,33	1 353 142,91

15.12. Subsídios, Doações e Legados à Exploração

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica Subsídios, Doações e Legados à exploração apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021	2020
Doações e Heranças		
Donativos	3 816,03	3 042,68
Esmolas Igreja	18 431,57	32 290,93
Subsídios do Estado - Segurança Social		
Lay-off	5 062,23	2 757,23
Reembolsos Funeral	4 009,86	3 939,31
Total	31 319,69	42 030,15

15.13. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 detalha-se como segue:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	178 983,67	176 089,63
Honorários	85 798,60	108 413,44
Trabalhos Especializados	90 666,16	83 721,98
Limpeza, higiene e conforto	20 925,71	38 354,24
Eletricidade	24 687,55	25 777,89
Combustíveis/Gás	14 294,72	16 852,19
Encargos Saúde Utentes	35 776,16	15 676,36
Comunicação	11 670,97	12 986,81
Água	14 378,31	12 973,26
Conservação e reparação	11 310,46	11 325,34
Publicidade e Propaganda	7 392,16	5 945,79
Contencioso e Notariado	3 653,41	4 488,37
Seguros	3 716,23	3 643,57
Material de Escritório	5 330,79	2 629,56
Rendas e alugueres	2 735,50	1 835,11
Deslocações e Estadas/Transportes	406,90	479,18
Outros	8 988,23	19 324,04
Total	520 715,53	540 516,76

15.14. Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos encontra-se em 2021 e 2020 dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendas e Outros rendimentos em Investimentos Não Financeiros		
Alienações de imóveis - Mais-valias	529 424,52	105 029,61
Arrendamento de imóveis	202 602,68	215 994,31
Outros Rendimentos	0,00	216,21
Outros rendimentos		
Correções relativas a períodos anteriores	122 188,69	34 390,28
Perdão PER	66 856,58	307 157,90
Restituição de Impostos	15 889,10	7 033,89
Outros	423,78	3 164,61
Juros de depósitos a prazo	0,00	10,51
Total	937 385,35	672 997,32

No decurso do exercício de 2021, a Ordem do Carmo procedeu a um conjunto de anulações de saldos antigos nas suas contas de terceiros (fornecedores e outros credores), as quais, geraram um ganho líquido de 122 mil euros, contabilizado como “Correções relativas a períodos anteriores”.

15.15. Outros gastos

A rubrica de Outros gastos encontra-se em 2021 e 2020 dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	7 438,56	4 498,33
Gastos e perdas investimentos não financeiros		
Alienações de imóveis - Menos-valias	0,00	0,00
Abate	0,00	0,00
Outros Gastos	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas		
Correções relativas a períodos anteriores	21 956,25	256 425,36
Multas e Penalidades	23,85	1 634,59
Outros	1 332,10	7 094,85
Total	30 750,76	269 653,13

15.16. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados financeiros	0,00	0,00

16. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Mesas Administrativa em 4 de fevereiro de 2022.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos outros eventos subsequentes que requeiram ajustamentos e ou divulgações nas demonstrações financeiras. Contudo, acreditamos que não está posto em causa o princípio da continuidade operacional.

18. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido positivo de 316.002,33 euros (Trezentos e Dezasseis Mil e Dois Euros e Trinta e Três Cêntimos) seja transferido na sua totalidade para a rubrica de Resultados Transitados.

Porto, 4 de fevereiro de 2022

O Responsável pela Contabilidade

Dra. Isabel Sofia Ferreira Machado

A Mesa Administrativa

Provedor Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa

Vice-Provedor João Ruy Ribas dos Santos

Tesoureiro Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos

1.º Secretário Francisco Bernardo Almada Lobo

2.º Secretário José Manuel Cardoso Cabral de Menezes